

PETRA COSTA

“EM MUITO POUCO TEMPO TALVEZ NÃO ESTEJAMOS MAIS EM UM REGIME DEMOCRÁTICO”

Em seu novo filme, *Apocalipse nos Trópicos*, a cineasta indicada ao Oscar coloca mais uma vez o Brasil no divã, cara a cara com seus traumas, e mostra por que é uma das vozes mais originais do documentário contemporâneo

POR MARÍLIA KODIC
FOTOS VICTOR AFFARO

POÉTICOS, POLÍTICOS E PESSOAIS, os filmes de Petra Costa serpenteiam entre o fato bruto e a perspectiva sensível enquanto nos convidam a refletir sobre as fragilidades das estruturas de poder que nos regem – e também as nossas próprias vulnerabilidades. Aclamada pela crítica internacional por *Elena* e indicada ao Oscar por *Democracia em Vertigem*, com abundantes prêmios e exhibições em festivais ao redor do mundo, ela lança agora *Apocalipse nos Trópicos*, em que examina a crescente influência das lideranças evangélicas na política brasileira e traça mais um retrato premente de uma democracia sob ataque.

Costurando poder, fé e subjetividade, movendo-se com cautela pelo campo minado do preconceito e da intolerância, ela conta como uma das mudanças religiosas mais rápidas da história – os evangélicos teriam crescido de 5% para 30% da população brasileira nos últimos 40 anos – pode fazer ruir nossas já estremecidas bases democráticas.

O talento para ir além da superfície das convulsões sociopolíticas e de temas tão universais (e portanto potencialmente batidos) quanto maternidade e luto é o que garante o sucesso de seus filmes. A partir do trauma – os seus e os de nossa pátria-mãe tão distraída, que custa a tirar os esqueletos do armário –, ela constrói narrativas de qualidade ensaística, talhadas no encontro entre o íntimo e o coletivo.

Com certa timidez, mas total afinidade com o set – Petra entende bem de movimento, luz e sombra –, ela posou para estas páginas de *Marie Claire* ao som de Marvin Gaye e John Lennon, entre goles de gim, inspirada pelas imagens de Man Ray. Nos gestos e expressões, um equilíbrio entre leveza e domínio, doçura e firmeza. A dualidade é também marca de seus filmes, que dançam entre a informação e o lirismo e provocam incômodo e encantamento. Em tempos de incerteza, é justamente nessa interseção de contrastes, afinal, que se revelam as respostas mais profundas.



“SE O PAÍS NÃO TRABALHA SEUS MOMENTOS TRAUMÁTICOS, VIRA UM PAÍS DEFORMADO, QUE CARREGA SEUS ESQUELETOS NO ARMÁRIO”



MARIE CLAIRE: Seus filmes capturam a realidade de maneira profunda e poética. Como faz para contar histórias pessoais com apelo universal?

PETRA COSTA: Em cada filme, independentemente do tema, meu desejo principal é colocar o espectador dentro da minha mente e levá-lo pela viagem que projetei. Quero criar um “road movie” mental, como se estivesse colocando o espectador no assento e o levando em uma viagem pela sua subjetividade.

MC: E como lida com a vulnerabilidade de se expor em suas obras?

PC: Desde que comecei a fazer teatro, o que mais me atraía era a sensação de uma intimidade completa com o personagem e o acesso àquilo que era mais vergonhoso. Aquilo que causa vergonha ou incômodo é onde está o nevrálgico, o que interessa compartilhar.

MC: *Apocalipse nos Trópicos* explora a expansão da influência religiosa na política brasileira. Qual foi a descoberta mais impactante que você fez durante a pesquisa para o filme?

PC: Que está em curso um plano de domínio no país sobre a política, a cultura e outras áreas de influência da nossa sociedade por algumas lideranças evangélicas. Ter um pastor evangélico na Suprema Corte foi uma das evidências que pudemos filmar em primeira mão. Esse plano está muito mais desenvolvido do que a maior parte da população tem consciência. E, se não criarmos mecanismos fortes para restabelecer e fortificar a separação entre Igreja e Estado, em muito pouco tempo talvez não estejamos mais em um regime democrático.

MC: De que maneira esse fenômeno afeta os direitos civis, especialmente de minorias?

PC: As democracias contemporâneas não são só a vontade da maioria. Elas são compostas por uma Constituição que garante os direitos das minorias. Quando se forma uma maioria religiosa que acredita que suas crenças devem se sobrepor aos direitos das minorias, a gente deixa de ser uma democracia e passa a ser uma teocracia ou uma tirania. É esse movimento que está em curso, e ele coloca em risco os direitos das mulheres, dos trans, dos LGBTQIAPN+ e das minorias religiosas. Vemos templos indígenas sendo queimados, templos

afrorreligiosos, de candomblé, umbanda... Na última eleição vimos muitos evangélicos reclamando que eram perseguidos nas suas próprias igrejas por não concordarem com a visão de quem presidia a congregação.

A separação entre Igreja e Estado não foi criada por um ateu, mas por cristãos que sofriram perseguições religiosas. Vivemos mais de 500 anos de guerras religiosas em que muitos grupos eram torturados e escravizados só por ter uma religião diferente. Acho que estamos voltando a ter esse risco. A última eleição foi uma guerra santa. Queremos voltar a isso? Acho que uma das maiores conquistas da modernidade foi criar um mecanismo para conseguir viver com o que é diferente. A democracia é um sistema imperfeito, mas talvez seja o mais generoso que a humanidade já conseguiu construir, pois pressupõe conviver com o seu inimigo.

MC: Você disse que muitos estão convencidos de que lutam uma “guerra cósmica entre as forças do bem e do mal”. Qual o perigo de se adotar essa visão maniqueísta?

PC: Em última instância, uma guerra civil, ou a perseguição aos que não têm força para se proteger. Quem tem mais recursos persegue e até assassina quem tem menos. O Brasil, o país que mais mata pessoas negras, mais comete feminicídios e mais assassina pessoas trans, já é um país de muitas intolerâncias, e elas se exacerbam. Jesus criou a ideia de um amor universal que não existia antes na tradição de onde ele vinha e mostra que o amor de Deus é infinito justamente para tirar essa hierarquia, essa divisão, esse ódio, esse desejo por vingança. Como tirar a humanidade de um ciclo de violência sem fim? Com o conceito simples de que todo ser humano é digno de amor. E a Constituição reflete isso quando concebe que todo ser humano,

independente de crença, raça, etnia ou sexo, é digno do mesmo respeito. Isso está na essência do cristianismo e na essência da criação do Estado de direito.

MC: Foi difícil construir a narrativa sem cair em simplificações ou preconceitos? Há uma linha tênue entre a crítica ao uso político da religião e a crítica à fé em si...

PC: Fui para esse filme com mais curiosidade do que julgamentos, e fui tentando desconstruir qualquer preconceito. O que vi foi muito complexo. Nosso desafio enquanto sociedade é entender que esse fenômeno das lideranças evangélicas existe, é uma das forças políticas mais presentes atualmente no Brasil, e traz muitos riscos. Quando líderes falam que não deve mais existir separação entre Igreja e Estado, isso nos concerne a todos. Eu quero garantir que as futuras gerações possam usufruir de um Estado laico em que seus direitos sejam respeitados.

MC: *Democracia em Vertigem* também mostra um momento crucial na história recente da política brasileira. Como você vê a importância de obras como essa na formação da consciência política do país?

PC: O Patricio Guzmán, cineasta chileno, fala que um país sem documentários é como uma família sem álbuns de retratos. Eu sentia muito isso pela escassez de documentários sobre o período da ditadura militar no Brasil ou sobre o impeachment de Collor, por exemplo. Quando comecei a fazer *Democracia em Vertigem*, foi com essa sensação de que não podia testemunhar esse momento histórico sem deixar um registro, tanto para as gerações atuais como para as futuras e para eu mesma fazer sentido do que estava acontecendo. Meu primeiro filme foi sobre o trauma de perder minha irmã, e *Democracia em Vertigem* e *Apocalipse nos Trópicos* também são, de certa forma, sobre trauma. Sobre a possibilidade de perder algo tão importante quanto um ente querido, que é a democracia, a crença de que o amanhã pode ser melhor do que o hoje – que é o que nos mantém vivos.

MC: Você estudou o conceito de trauma no mestrado. Diria que todos os seus filmes estão conectados por esse fio?

PC: Sim, é um tema que me orienta bastante. O país não se consolida enquanto país se ele não trabalha seus momentos traumáticos, se ele não repactua e sana. Ele vira um país deformado, que carrega seus esqueletos no armário. Um país que continua a reproduzir a violência na qual foi formado – e somos um país formado por muita violência. Então precisamos começar a trabalhar isso de forma diferente para deixar de ser uma sociedade deformada e passar a ser

“ESTAMOS CRIANDO FANTASMAS IMAGINÁRIOS, COMO O ABORTO E A QUESTÃO LGBTQIAPN+, COMO SE FOSSEM OS DEMÔNIOS DE UMA SOCIEDADE MORAL E INCORRETA QUE OS HOMENS DE BEM PRECISASSEM COMBATER”

uma verdadeira democracia, mais igualitária, mais justa, mais humana.

MC: Até que ponto o cinema pode ser uma ferramenta de ativismo?

PC: Acho que há um equilíbrio fino entre falar o que você acredita e se expor à descoberta. Se você sai já com uma agenda, com uma hipótese, uma tese, e se o filme vira só o desejo de provar essa tese, corre o risco de deixar de ser arte e passar a ser jornalismo ou propaganda. O que faz um filme ser uma obra artística é o coeficiente do quanto você muda entre quando começa e quando termina.

MC: Em *Elena*, a estética visual e a trilha sonora são bem marcantes e parecem intensificar a sensação de melancolia. Como foi o processo criativo para construir essa atmosfera?

PC: Para mim, minha irmã Elena é coautora do filme. Ela deixou uma infinidade de cartas, diários e vídeos. Foi um processo muito lindo de viagem no tempo. O cinema tem essa mágica de poder trazer de volta um tempo que já passou. Foi um filme muito forte, que me veio através de um sonho. À medida que eu fui entrando na jornada de descoberta e de exploração, fui sonhando com ela, e os sonhos foram mudando à medida que o filme evoluía, de forma alquímica, espiritual. Foi muito profundo. Meus sonhos foram mais vívidos do que nunca e o filme foi muito um mergulho em mim mesma. Já esses últimos dois foram muito para fora, uma busca exterior, então os sonhos se fizeram menos presentes e até mais incômodos. No processo do *Democracia em Vertigem* eu sonhava com Aécio, Dilma, Bolsonaro... um pouco menos transcendental [risos].

MC: *Olmo e a Gaivota* aborda questões como maternidade, identidade e corpo feminino. Por que sentiu vontade de discutir esses temas?

PC: Decidi fazer o filme porque fiquei abismada com quão poucos retratos existem sobre o que se passa na cabeça de uma mulher quando ela decide ter um filho. Se homens engravidassem, acho que teria muito mais retratos sobre isso. Dizem que a li-



“O QUE FAZ UM FILME SER UMA OBRA ARTÍSTICA É O COEFICIENTE DO QUANTO VOCÊ MUDA ENTRE QUANDO COMEÇA E QUANDO TERMINA”

BELEZA PEHU (CAPA MGT)
COM PRODUTOS: NARS/MAC /
PRODUÇÃO EXECUTIVA: VANDECA
ZIMMERMANN/ ASSISTENTE DE
FOTOGRAFIA: AUGUSTO JORDÃO

berdade é a falta de peso, mas na verdade ela implica uma escolha – e, portanto, um tormento, um dilema. E ter um filho deveria ser uma escolha, né? No Brasil ainda não é, mas espero que nos inspiremos nas democracias mais avançadas do mundo e passe a ser. Essa escolha implica na sanidade mental tanto da mãe quanto do filho e também da sociedade que vai viver com essas pessoas. O filme investiga esses dilemas na vida da mulher, na relação consigo mesma, com o marido, com a profissão, com o corpo.

MC: À época do lançamento, em 2015, você defendeu a descriminalização do aborto. Quase dez anos depois, como vê a progressão desse tema no Brasil?

PC: Regrediu, né? Justamente porque temos uma bancada no Congresso cada vez mais conservadora. A questão do aborto foi um mito criado em 1970. Não era uma questão para nenhuma das igrejas evangélicas americanas – elas eram a favor do aborto. Mas, em algum momento, quando se criou o conceito da maioria moral, elas decidiram que essa seria a pauta que mais galvanizaria o público republicano a votar em candidatos republicanos. Mas, na verdade, a real questão era a que sempre mobiliza qualquer tentativa antidemocrática: não pagar impostos. Falaram: “Como é que a gente vai unir e criar uma maioria moral? Através da questão do aborto”. Então eles criaram esse mito de que eram extremamente contra o aborto e de que estava havendo um genocídio de bebês nos Estados Unidos. E, no Brasil, estamos replicando o mesmo modelo de criar fantasmas imaginários, como o aborto e a questão LGBTQIAPN+, como se esses fossem os demônios de uma sociedade moral e incorreta que os homens de bem precisassem combater. E, na verdade, o que os mobiliza é não querer pagar impostos.

MC: Como você avalia a presença das mulheres na indústria cinematográfica hoje, especialmente no Brasil?

PC: Temos forças femininas pungentes. No Festival de Veneza éramos três mulheres: Moara Passoni, Marianna Brennand e eu. Tem também Anna Muylaert, Laís Bodanzky, Claudia Priscilla, Juliana Vicente e



“QUERO GARANTIR QUE FUTURAS GERAÇÕES POSSAM USUFRUIR DE UM ESTADO LAICO EM QUE SEUS DIREITOS SEJAM RESPEITADOS”

muitas outras. Há um grupo grande de mulheres que está fazendo cinema de uma forma que eu acho muito interessante, apesar de todos os boicotes que o governo anterior fez ao cinema nacional e às mulheres.

MC: Você tem uma extensa lista de prêmios e críticas elogiosas ao redor do mundo, além de uma indicação ao Oscar. Como essa repercussão te impacta?

PC: Acho que foi muito legal o *Democracia em Vertigem* estar na Netflix e ter sido indicado ao Oscar, porque levou mais pessoas a ver o filme. Gerou essa atenção e esse debate, que era o que eu mais desejava. E também criou a oportunidade para eu fazer esse novo filme, de forma independente, com investidores privados, algo que eu não teria feito se não tivesse tido essa exposição.

MC: Quais são seus próximos projetos?

PC: Meu próximo filme é um western que se passa no Brasil. Um híbrido entre documentário e ficção. ■